



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
Tribunal de Justiça
Ouvidoria

São Luís (MA), 31 de outubro de 2022

A Sua Excelência o Senhor
Des. Paulo Sérgio Velten Pereira
MD. Presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão

Assunto: Relatório do Projeto Ouvidoria Itinerante na comarca de Bacabal

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o, encaminho a V. Exa. o Relatório do Projeto Ouvidoria Itinerante na comarca de Bacabal, realizado nos dias 18 e 19 de outubro do corrente ano.

O Projeto foi o 1ª de minha gestão, promovida por esta Ouvidoria com o propósito de estimular a participação popular na construção de um Poder Judiciário mais eficiente e próximo da sociedade.

Assim, formalizo o ocorrido na Ouvidoria Itinerante e reuniões realizadas, na esperança de que V. Exa. encaminhe a solução adequada para os problemas ainda pendentes e que estejam na sua esfera de atribuição e competência.

Atenciosamente,
Marcelino Chaves Everton
2º Vice-Presidente
Ouvidor

Relatório Ouvidoria Itinerante na Comarca de Bacabal

Nos dias 18 e 19 de outubro de 2022, a Ouvidoria esteve presente na Comarca de Bacabal, dando continuidade ao Projeto Ouvidoria Itinerante com a finalidade de ouvir a população local através de um atendimento personalizado e humanizado.

Na ocasião foi prestado atendimento aos jurisdicionados, advogados, cartorários e cidadãos da região. Os trabalhos foram realizados em 2 (duas) salas reservadas disponibilizadas pela Diretoria do Fórum. Com a participação de manifestantes com ligação ao Poder Judiciário, os atendimentos foram realizados por 3 (três) servidores assim como pelo Ouvidor, na parte da manhã e tarde em salas reservadas.

Ressalto que as manifestações da população foram registradas no sistema da Ouvidoria, processadas e finalizadas

Recebi na sala de atendimentos, disponibilizada pela Turma Recursal, a tabeliã da Serventia extrajudicial do 4º ofício, Carolina Graziela Souza Mendes Roberto, que parabenizou a iniciativa da visita do Tribunal de Justiça.

Em reunião com a **Dra Vanessa Ferreira Pereira Lopes, titular da 1ª vara cível de Bacabal e Diretora do Fórum**, relatou que a demanda é crescente e que existe uma má distribuição entre processos e servidores das unidades da comarca. Relatou ainda a grande incidência de processos com demanda repetitiva. Solicitou também um segundo assessor para cada gabinete/vara para otimizar a prestação jurisdicional.

Já **Dra Glaucia Helen Maia de Almeida, juíza titular da 2ª Vara Criminal**, informou que a vara foi instalada há 3 (três) anos e continua sem analista, contando somente com 1 (um) oficial de justiça. Apontou ainda que há um desequilíbrio na distribuição de processos, já que na 1ª Vara Criminal (matéria exclusiva de violência doméstica), procedimentos simples que podem ser resolvidos com uma rápida medida protetiva, conta como distribuição.

Não participaram **Dra Adriana da Silva Chaves, titular da vara da família**, sendo designada pelo Corregedor Geral da Justiça, de acordo com Portaria-CGJ N° 3932, de 5/9/2022, para funcionar junto à 1ª Vara Criminal de São José de Ribamar durante as sessões do tribunal do júri; **Dr Marcello Frazão Pereira, titular da 1ª vara criminal**, por estar de férias e **Dr João Paulo Mello, titular da 2ª vara cível**, de licença médica.

Durante a visita, a comitiva marcou prtesneça a uma sessão do tribunal do Juri presidida pela **Dra Glaucia Helen Maia de Almeida, juíza titular da 2ª Vara Criminal** e verifiquei a presença de 2 (dois) Defensores Públicos, saneando uma questão da ausência da Defensoria da Comarca, mobilizada pela Corregedoria Geral da Justiça, não prejudicando assim a realização do júri.

Merece destaque o atendimento ao advogado **Raimundo Nonato Leite Moraes**, que se manifestou a respeito de um Habeas Corpus que estava pendente de decisão do Desembargador Vicente de Paula Gomes Castro. Ressalto que a demanda se tratava de falta de tornozeleira eletrônica, de responsabilidade da Secretaria de Segurança Pública -SEAP para liberação do paciente. A demanda foi cadastrada, encaminhada e rapidamente resolvida pelo Desembargador relator.

Na oportunidade, tive uma reunião com advogados militantes na comarca e a Presidente da subseção da OAB de Bacabal, **Dra Andreia da Silva Furtado**, ocasião em que fomos parabenizados pela iniciativa no Projeto Ouvidoria Itinerante, o que vem aproximar a advocacia aos jurisdicionados

e servidores do Poder Judiciário. Acrescentou que a Ouvidoria é um meio essencial para melhorias e sugestões para que seja aprimorado cada vez mais o serviço público, indicando medidas de aperfeiçoamento e buscando soluções para os problemas apontados. Nessa visita, **Dra Andreia Furtado** entregou um documento com solicitações de melhorias na prestação jurisdicional, quais sejam:

1. A designação de oficiais de Justiça para a Vara da Família e Sucessões, tendo em vista que temos mais de 500 mandados aguardando cumprimento, pois um oficial de Justiça está de licença e o outro foi transferido para Comarca de Imperatriz;

2. Que seja dada atenção e celeridade aos alvarás judiciais expedidos na 1ª Vara Cível dessa Comarca, pois em média têm demorado mais de 30 dias úteis para liberação, a contar da data do requerimento da parte, face ao caráter alimentar;

3. Sugestão de uma uniformidade na cobrança do pagamento do selo para emissão do alvará judicial, pois deferida a gratuidade para parte que não seja cobrado o pagamento do selo. Vejamos as situações recorrentes: na 2ª Cível de Bacabal a parte com deferimento da gratuidade não paga; na 1ª Cível paga o(a) advogado(a) e a parte mesmo com o deferimento da gratuidade e; na Vara Única de São Luís Gonzaga paga a partir de valor de 10(dez) vezes o valor cobrado pelo selo, ou seja, a partir de R\$ 405,00 (quatrocentos e cinco reais);

4. Que sejam designados servidores para Contadoria Judicial do Fórum de Bacabal, pois a servidora habilitada está de licença, bem como pediu remoção dessa Comarca. O processo tem sido encaminhado para Contadoria Judicial, sendo depois devolvido para Vara sem os cálculos, só para ser movimentado no PJE e não constarem pendências com mais de 100(cem) dias;

5. Que sejam enveredados esforços junto UMC- UNIDADE DE MONITORAMENTO CARCERÁRIO para realização de um Mutirão de Ações Criminais, pois a IIPR dessa cidade tem capacidade para 160 (cento e sessenta) presos, onde mesmo com inspeção do Ministério Público e do Juízo de Execução Penal está acima do seu limite carcerário com mais de 230 (duzentos e trinta) custodiados definitivos e provisórios, onde esse ano de 2022 tivemos uma rebelião (19/06/2022);

6. Que seja orientado à Vara Criminal e a SEAP um prazo de até 24 horas na análise do alvará judicial, bem assim que os Juízos penais façam uma contagem criteriosa do prazo da tornozeira no custodiado informando também à referida Secretária. Quando não constar tornozeira na unidade prisional, que o(a) magistrado(a) faça constar na decisão/mandado liberatório que ante a ausência do equipamento seja liberado, onde o apenado se comprometerá em colocá-la assim que tiver disponível na UPR;

7. Sugestão de criação e instalação da Turma Recursal Cível e Criminal da Comarca de Pedreiras, que tem o apoio da AMMA. Tendo a Subseção Pedreiras já encaminhado pedido de criação do referido órgão colegiado;

8. Sugestão de alteração no Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Maranhão (artigo 278-F, § 1º), pois o processo da Turma Recursal que é feita solicitação de sustentação oral é retirado de pauta de julgamento, quando deveria ter **prioridade** assim como ocorre no rito ordinário, vez que o art. 2º da Lei 9.099/1995 orientar-se-á pelos critérios da oralidade, simplicidade, informalidade, economia processual e celeridade, buscando, sempre que possível, a conciliação ou a transação;

9. Que seja instalada a Comarca da cidade de Lago Verde, que já está criada, contudo sem data até hoje definida e que seja dada celeridade na instalação da 3ª Vara da Comarca de Lago da Pedra;

10. Que seja diligenciando junto às unidades judiciais melhorias do sinal da internet, assim como aquisição ou conserto de computadores para prestar serviço atendimento no balcão virtual com câmera e vídeo funcionando, pois em algumas unidades a parte tem que escrever pelo chat por falta de áudio ou vídeo.

Seguem algumas fotos do Projeto.



